

# NOTARIADO GAÚCHO

Nº 18 - Ano 4  
ABRIL A JUNHO  
DE 2022



## PINGA-FOGO NOTARIAL REUNIU 140 PARTICIPANTES NA UNISINOS PORTO ALEGRE

Objetivo do evento foi debater ideias e trocar informações entre notários e colaboradores



**4 Entrevista**  
 “A ATUAÇÃO NOTARIAL GARANTE SEGURANÇA JURÍDICA E GERA PRATICIDADE E RAPIDEZ À SOCIEDADE”  
 LAURA LEVY, ADVOGADA

**6 Próximos Eventos**  
 INSCRIÇÕES ABERTAS PARA O XXX CONGRESSO DO NOTARIADO MUNDIAL NO MÉXICO

**8 Próximos Eventos**  
 CNB/RS REALIZARÁ 1º JORNADA DE ASSESSORAMENTO NOTARIAL “PORTAS ABERTAS”

**9 Próximos Eventos**  
 CNB/CF REALIZARÁ SÉRIE DE ENCONTROS EM HOMENAGEM A CARLOS LUIZ POISL E ZENO VELOSO

**10 Institucional**  
 CNB/RS PROMOVE REUNIÕES DE DIRETORIA PARA DEBATER TEMAS RELEVANTES PARA A ATIVIDADE NOTARIAL

**12 Institucional**  
 FÓRUM DE PRESIDENTES DAS ENTIDADES DE CLASSE EXTRAJUDICIAL REÚNE-SE EM PORTO ALEGRE PARA REUNIÃO MENSAL

**13 Institucional**  
 CNB/RS PARTICIPA DE REUNIÃO COM O PRESIDENTE DA OAB/RS EM PORTO ALEGRE

**14 Institucional**  
 CNB/RS INAUGURA FOTO DE NEY PAULO SILVEIRA DE AZAMBUJA NA GALERIA DE PRESIDENTES DA ENTIDADE

**15 Institucional**  
 ANOREG/RS E FÓRUM DE PRESIDENTES RECEBEM MEDALHA DA 55ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS

**16 Capacitação**  
 CNB/CF REALIZA ENCONTROS DO GRUPO DE ESTUDOS NOTARIAIS ENTRE OS MESES DE ABRIL E JUNHO

**21 Nacional**  
 CNB/CF LANÇA APOSTILA ELETRÔNICA EM EVENTO NO CNJ

**24 Nacional**  
 CNB/CF LANÇA NOVO MÓDULO E-NOT ASSINA PARA RECONHECIMENTO DE ASSINATURA ELETRÔNICA

**26 Opinião**  
 FÉ PÚBLICA DO ATO NOTARIAL ELETRÔNICO POR KARIN REGINA RICK ROSA



Capa  
 PINGA-FOGO NOTARIAL  
 REUNIU 140 PARTICIPANTES  
 NA UNISINOS PORTO ALEGRE

**18**

# ENCONTROS NOTARIAIS PROMOVEM ENGAJAMENTO DA CLASSE

"E com o objetivo de unir a classe para participar de debates relevantes para o notariado, o CNB/RS realizou, no mês de junho, o Pinga-Fogo Notarial, em Porto Alegre, capital gaúcha. O encontro consiste em um debate de ideias e troca de informações entre os notários sobre os assuntos relativos às atividades da categoria."

A segunda edição do ano da Revista Notariado Gaúcho - publicação do Colégio Notarial do Brasil Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS) - traz as principais realizações da entidade em prol de seus associados ao longo do trimestre, como reuniões de diretoria, inclusive com alguns encontros abertos para a participação dos associados, com o objetivo de construir um trabalho com a maior participação possível dos notários gaúchos.

E com o objetivo de unir a classe para participar de debates relevantes para o notariado, o CNB/RS realizou, no mês de junho, o Pinga-Fogo Notarial, em Porto Alegre, capital gaúcha. O encontro consiste em um debate de ideias e troca de informações entre os notários sobre os assuntos relativos às atividades da categoria.

Além da classe notarial, o encontro contou ainda com a participação do presidente da Comissão Especial de Direito Imobiliário da OAB/RS, Ricardo Vogt, que conduziu palestra sobre o tema "Advocacia extrajudicial: a convergência entre notários e advogados pela resposta jurídica rápida segura e eficiente".

Esta edição traz também o lançamento da nova Apostila Eletrônica - formato digital de autenticação de documentos públicos nacionais para o exterior - durante o 1º Fórum Nacional da Apostila da Haia, que foi realizado em Brasília, na sede do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e do e-Not Assina, novo módulo de Reconhecimento de Assinatura eletrônica na plataforma de serviços eletrônicos notariais e-Notariado, administrada pelo Colégio Notarial do Brasil - Conselho Federal (CNB/CF).

Ambos os serviços prestados pelos tabelionatos de notas brasileiros são mostra do avanço da atividade notarial brasileira, que, ao implementar soluções digitais para os serviços prestados, atende às demandas recorrentes dos cidadãos brasileiros.

**José Flávio Bueno Fischer**  
Presidente do CNB/RS



A **Revista Notariado Gaúcho** é uma publicação trimestral do Colégio Notarial do Brasil - Seção Rio Grande do Sul, voltada para os profissionais dos serviços notariais e registrais do País, juizes, advogados e demais operadores do Direito.

O CNB/RS não se responsabiliza pelos artigos publicados na revista, cuja opinião expressa somente as ideias de seus respectivos autores. É proibida a reprodução total ou parcial dos textos sem autorização do CNB/RS.

#### Endereço:

Av. Borges de Medeiros, 2105, 1308  
Praia de Belas - Porto Alegre (RS)  
Cep: 90110-150  
Tel: (51) 3028-3789  
Site: [www.cnbrs.org.br](http://www.cnbrs.org.br)

**Presidente:** Jose Flavio Bueno Fischer

**Vice-Presidente:** Danilo Alceu Kunzler

**1ª Secretária:** Rita Bervig Rocha

**2ª Secretária:** Caroline Mirandolli

**1º Tesoureiro:** Ney Paulo Silveira de Azambuja

**2º Tesoureiro:** Ricardo Guimarães Kollet

#### CONSELHO FISCAL

##### Titulares:

Alexandre Rezende Pellegrini  
Ney do Amaral Lamas Junior  
Marcos Ferreira Cunha Lima

##### Suplentes:

Alan Lanzarin  
Cledemar Dornelles de Menezes

#### CONSELHO DE ÉTICA E DISCIPLINA

##### Titulares:

Lauro Assis Machado Barreto  
Guilherme Pinho Machado  
Marilisa Stella Zamberlan

##### Jornalista Responsável:

Alexandre Lacerda Nascimento

##### Editora:

Larissa Luizari

##### Reportagens:

Larissa Mascoco

##### Sugestões de Artigos e Matérias:

[imprensa@colegionotariats.org.br](mailto:imprensa@colegionotariats.org.br)

##### Impressão e CTP:

JS Gráfica e Editora  
Telefax: (11) 4044-4495  
E-mail: [js@jsgrafica.com.br](mailto:js@jsgrafica.com.br)  
Site: [www.jsgrafica.com.br](http://www.jsgrafica.com.br)

##### Projeto e Diagramação

MW2 Design

## “A ATUAÇÃO NOTARIAL GARANTE SEGURANÇA JURÍDICA E GERA PRATICIDADE E RAPIDEZ À SOCIEDADE”

Advogada Laura Affonso da Costa Levy fala sobre a importância da virtualização dos atos notariais para a advocacia em entrevista ao CNB/RS

Para a professora de pós-graduação em Direito e Bioética, a advogada e consultora jurídica Laura Affonso da Costa Levy, a digitalização e informatização que vem ocorrendo teve como exponencial a pandemia causada pela Covid-19



Professora de pós-graduação em Direito e Bioética, advogada e consultora jurídica Laura Affonso da Costa Levy em entrevista ao Colégio Notarial do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS) fala sobre a virtualização dos atos notariais para a advocacia e a importância da evolução dos atos para o meio eletrônico.

Laura ressalta ainda que o notário é responsável por formalizar atos jurídicos, revestidos de fé pública, somado à função de auxiliar o Estado no cumprimento das leis e fiscalização dos impostos.

#### **CNB/RS - Como avalia a importância dos cartórios para o Direito de Família e Sucessões?**

**Laura Levy** - A atividade notarial para o Direito de Família e Sucessões é de fundamental relevância, seja para realização dos atos extrajudiciais, seja para realização de atos que adentram na esfera judicial, como as atas notariais e escrituras públicas, de união estável, doação, reconhecimento de filiação, entre outras, que têm repercussão direta no direito das famílias e direito sucessório. Nos dias de hoje, não conseguimos mais desenvolver atuação profissional nessas áreas, sem contarmos com o serviço notarial.

#### **CNB/RS - Como avalia a função notarial na desburocratização e desjudicialização dos serviços que antes só poderiam ser feitos pelo Judiciário?**

**Laura Levy** - Entre as vantagens da atividade notarial, sem dúvida, está a desburocratização e a oportunidade de resolução de serviços que antes só poderiam ser realizados dentro do judiciário. Assim, a realização de atos pela via extrajudicial, principalmente nas matérias de Direito de Família e Sucessões, ampliou o acesso e garantiu celeridade, permitindo que atos se perfectibilizem de forma dinâmica, somado a ausência do requisito territorialidade. Hoje contamos com divórcios e dissoluções de uniões estáveis mais rápidos, como também a questão dos inventários que, pelo entendimento do STJ, prevê a possibilidade de realização do inventário extrajudicial mesmo com existência de testamento, ou seja, garantia de celeridade. Ainda, fatores como: a orientação às partes de forma imparcial, aconselhando e prevenção sobre as consequências das decisões e esclarecimento sobre os atos extrajudiciais, garantem

“Entre as vantagens da atividade notarial, sem dúvida, está a desburocratização e a oportunidade de resolução de serviços que antes só poderiam ser realizados dentro do judiciário”

“A segurança jurídica é um dos pilares estruturantes da atividade notarial e, gosto de frisar, refere-se à segurança jurídica dos atos extrajudiciais, como, e principalmente, aos atos praticados que servem para instrução judicial”

acessibilidade à informação, sem afastar a função do advogado, permitindo maior compreensão pelas partes. Em resumo, a atuação notarial garante segurança jurídica e gera praticidade e rapidez à sociedade.

#### **CNB/RS - Como analisa o avanço da tecnologia e a prática de atos eletrônicos pelos tabelionatos?**

**Laura Levy** - O avanço da tecnologia nos atos notariais seguramente é a consequência de uma onda de digitalização e informatização que vem ocorrendo e teve, como exponencial, a pandemia causada pela Covid-19. Vale lembrar que o Provimento nº 100 do CNJ, que dispõe sobre a prática dos atos notariais eletrônicos utilizando o sistema e-Notariado e que cria a Matrícula Notarial Eletrônica, entre outros importantes avanços para a atividade notarial brasileira, surgiu em boa hora e se mostra como uma mudança de paradigma, onde a revolução digital está cercada de confiança e segurança, tanto pelos serventuários, como pelos usuários.

#### **CNB/RS - Qual a importância dos notários para o trabalho da advocacia?**

**Laura Levy** - A atuação dos notários para o exercício da advocacia, principalmente para área do Direito das Famílias e Sucessões, é fundamental. Sem dúvida, andam de braços dados com os advogados, buscando garantir a cidadania, de forma célere e eficaz, sem se afastar da ética. A dinâmica das relações familiares se modificou muito nas últimas décadas e essas alterações mereciam ser acompanhadas por atuações desburocratizadas, rompendo a lógica da dificuldade e enaltecendo a prática da facilidade.

#### **CNB/RS - Como avalia os serviços prestados pela atividade notarial para a garantia da segurança jurídica?**

**Laura Levy** - A segurança jurídica é um dos pilares estruturantes da atividade notarial e, gosto de frisar, refere-se à segurança jurídica dos atos extrajudiciais, como, e principalmente, aos atos praticados que servem para instrução judicial. O notário é responsável por formalizar atos jurídicos, revestidos de fé pública, somado à função de auxiliar o Estado no cumprimento das leis e fiscalização dos impostos.

# INSCRIÇÕES ABERTAS PARA O XXX CONGRESSO DO NOTARIADO MUNDIAL NO MÉXICO

Entre os dias 1 e 3 de dezembro, a cidade de Cancún receberá notários de 91 países do mundo para debater os principais temas do notariado mundial



Notários de todo o mundo já tem data marcada para se encontrarem. Entre os dias 1 e 3 de dezembro, a cidade de Cancún, em Quintana Roo, no México, será a sede do XXX Congresso do Notariado Mundial, promovido pela União Internacional do Notariado (UINL) e pelo Colégio Nacional do Notariado Mexicano.

O evento reunirá representantes dos 91 países membros da UINL e realizará seu tradicional coquetel de boas-vindas no dia 30 de novembro, às 10h (horário local). Após a cerimônia de abertura, no dia 1º de dezembro, terão início os painéis acadêmicos do evento, com dois temas centrais: "O exercício da função notarial em ambiente digital", coordenado pelo tabelião italiano Carlo Alberto Marozz e "O exercício da função notarial conectado à recuperação econômica das nações na era pós-pandemia", coordenado pelos tabeliões alemães, Jens Borrmann e Peter Stemszczyk.

O segundo dia do encontro apresentará as conclusões dos trabalhos de pesquisa da Universidade do Notariado Mundial – Jean Paul Decors – desenvolvidos por jovens notários dos cinco continentes, incluindo os representantes brasileiros, integrantes dos grupos de trabalho da entidade.

No terceiro e último dia de apresentações, o evento também contará com uma mesa de debates sobre o papel dos notários

como agentes no combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo.

O encontro acontecerá no centro de eventos Cancún Center. A entrada para as palestras tem o valor de US\$ 600 dólares por pessoa e acompanhantes podem participar do coquetel de boas-vindas e excursões por uma taxa de US\$ 300 dólares. O mesmo, porém, não poderá participar da programação acadêmica do evento. O convite para o jantar de gala de encerramento tem o custo de US\$ 100 dólares por pessoa.

## CAAM

Durante os dias 26 e 27 de novembro, o espaço Cancún Center também sediará a 108ª Sessão Plenária da Comissão de Assuntos Americanos (CAAM) e a Sessão Plenária da Comissão de Assuntos Africanos (CAAF). A reunião contará com a presença do vice-presidente da CAAM, Ubiratan Guimarães e do conselheiro da UINL, José Flávio Fischer, ambos representantes do Brasil, em um debate sobre o desenvolvimento do notariado de cada país ibero-americano durante a pandemia.

No dia 29 de novembro, os presidentes de cada país membro da entidade se reunirão na Assembleia Geral do Notariado Mundial e apresentarão seus informes nacionais para o ano de 2022.



#### PROGRAMAÇÃO OFICIAL PARA PARTICIPANTES

<b>30 de novembro</b>	<b>10h – 21h</b>	Credenciamento e coquetel de boas-vindas
<b>1º de dezembro</b>	<b>9h – 13h</b> <b>14h – 19h</b>	Cerimônia de abertura Tema I – O exercício da função notarial em ambiente digital
<b>2 de dezembro</b>	<b>9h – 14h</b> <b>15h – 18h</b> <b>18h</b>	Tema II – O exercício da função notarial conectado à recuperação econômica das nações na era pós-pandemia Apresentações da Universidade do Notariado Mundial Jantar de gala
<b>3 de dezembro</b>	<b>9h – 13h</b> <b>14h – 17h30</b>	Mesa de debates – Notários como agentes no combate contra lavagem de dinheiro e corrupção Encerramento

#### PROGRAMAÇÃO OFICIAL PARA MEMBROS DA COMISSÃO DE ASSUNTOS AMERICANOS (CAAM)

<b>26 de novembro</b>	<b>9h30 – 19h</b>	108ª Sessão Plenária da Comissão de Assuntos Americanos
<b>27 de novembro</b>	<b>9h30 – 13h</b>	7º Encontro de Cooperação das Comissões de Assuntos Americanos e Africanos
<b>28 de novembro</b>	<b>9h30 – 19h</b>	Encontro das Comissões Internacionais (Deontologia, Segurança Social, Direitos Humanos)
<b>29 de novembro</b>	<b>9h30 – 19h</b>	Assembleia Geral de Notariados Membros
<b>30 de novembro</b>	<b>9h30 – 19h</b>	Assembleia Geral de Notariados Membros

**SERVIÇO:** Evento: XXX Congresso do Notariado Mundial

**Data:** 1º a 3 de dezembro

**Modalidade:** Evento presencial

**Local:** Cancun Center – Blvd. Kukulcán Km. 9, Punta Cancun, Zona Hotelera, 77500 Cancún / Quintana Roo / México

**Inscrições:** <https://30uincongress.mx>

# CNB/RS REALIZARÁ 1º JORNADA DE ASSESSORAMENTO NOTARIAL “PORTAS ABERTAS”

Evento que dá cumprimento ao projeto da União Internacional do Notariado (UINL) acontecerá em outubro



No dia 1º de outubro, o Colégio Notarial do Brasil - Seccional Rio Grande do Sul (CNB/RS), dando cumprimento ao projeto da União Internacional do Notariado (UINL), realizará a 1ª Jornada de Assessoramento Notarial Portal Abertas. O objetivo do evento é esclarecer dúvidas da população sobre temas relacionados aos serviços notariais, assim como aproximar a atividade do tabelião de notas de sua comunidade e mostrar a importância da atividade para os poderes constituídos.

A iniciativa estará aberta a todos os notários gaúchos, que poderão participar da ação em suas comunidades, verificando um local público de atendimento gratuito aos cidadãos – para assessoramento e aconselhamento –, mediante parceria com alguma instituição local. O CNB/RS produzirá materiais institucionais e visuais desta campanha para serem utilizados nos períodos pré, durante e pós evento, assim como será responsável pela divulgação da iniciativa à imprensa e em seus meios de comunicação internos.

Como forma de proporcionar maior alcance a esta ação, o CNB/RS reunirá os tabeliões das cidades sedes regionais, para que estes estejam engajados na campanha e realizem ações em suas localidades, acompanhando passo a passo o processo de definição de local e estruturação das atividades de divulgação. Estas 12 sedes regionais são aquelas onde há presença de grande imprensa – imprensa regional forte – que permitirá um maior retorno e alcance institucional da iniciativa.

Nas demais cidades de pequeno e médio porte, as iniciativas serão conduzidas mediante orientação da entidade divulgada em seus canais de informação.

## Sedes Regionais que realizarão ações em suas localidades

- |                   |                    |
|-------------------|--------------------|
| 1 - Porto Alegre  | 7 - Rio Grande     |
| 2 - Novo Hamburgo | 8 - Cruz Alta      |
| 3 - Pelotas       | 9 - Bagé           |
| 4 - Uruguaiana    | 10 - Passo Fundo   |
| 5 - Santa Maria   | 11 - Caxias do Sul |
| 6 - Santa Rosa    | 12 - Erechim       |

## Cronograma de Preparação

## JUNHO

- Definição de materiais internos que deverão ser produzidos para o projeto – público: informação aos tabeliães;
- Definição de materiais externos que deverão ser produzidos para o projeto – público: sociedade e usuários.

## JULHO

- Produção do Material Visual e de Divulgação;
- Desenvolvimento de um HotSite para a Campanha;
- Reunião com os tabeliães das 12 Sedes Regionais para apresentação do projeto;
- Definição dos temas que serão objeto de consulta;
- Definição de um formulário que deverá ser preenchido para cada atendimento (permitindo a contabilização e estatísticas da ação em cada local).

## AGOSTO

- Estruturação das ações regionais – local da realização da jornada, horário, órgãos envolvidos, convites às autoridades;
- Divulgação de materiais promocionais e guia interno para os demais associados que tiverem interesse em participar;
- Preparação dos materiais para divulgação à comunidade – principalmente Spots de rádios, panfletos, teasers e materiais de redes sociais.

## SETEMBRO

- Divulgação de material para a população comparecer à jornada – Spots de rádios, peças de internet, peças visuais em tabelionatos, participação em programas locais (press releases para pautar jornalistas);
- Última semana – disparo de release pautando a imprensa para a cobertura do evento.

## OUTUBRO

- Realização do Evento;
- Cobertura em tempo real no hotsite e redes sociais;
- Cobertura com equipe de vídeo reportagem;
- Acompanhamento das matérias da imprensa;
- Matéria pós evento das ações em cada uma das 12 Sedes Regionais + materiais enviados das ações nas cidades pequenas e médias;
- Desenvolvimento de relatório informativo, com dados, informações e imagens para ser remetido ao CNB/CF, CAAM e UINL, além dos órgãos oficiais dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

## CNB/CF REALIZARÁ SÉRIE DE ENCONTROS EM HOMENAGEM A CARLOS LUIZ POISL E ZENO VELOSO

Seminário Acadêmico Notarial será dividido em três etapas, que terão início em agosto



O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF), com apoio das seccionais de São Paulo, Rio Grande do Sul, Pará, Rio Grande do Norte e da Academia Notarial Brasileira (ANB), realizará, a partir do mês de agosto, uma série de encontros acadêmicos em homenagem aos tabeliães de notas Carlos Luiz Poisl e Zeno Veloso, falecidos em 2018 e 2021, respectivamente.

Além de homenagear esses dois profissionais que marcaram a atividade notarial brasileira, os encontros do Seminário Acadêmico Notarial têm como objetivo debater os principais temas acadêmicos do notariado no país e que definirão os trabalhos brasileiros para o XXX Congresso Mundial do Notariado, que acontecerá em dezembro, no México.

### Confira as datas

#### 26 DE AGOSTO

Seminário Acadêmico Notarial  
**ETAPA 1 – Porto Alegre (RS)**

#### 9 DE SETEMBRO

Seminário Acadêmico Notarial  
**ETAPA 2 – Belém (PA)**

#### 27 E 28 DE OUTUBRO

Seminário Acadêmico Notarial  
**ETAPA 3 – Natal (RN)**

# CNB/RS PROMOVE REUNIÕES DE DIRETORIA PARA DEBATER TEMAS RELEVANTES PARA A ATIVIDADE NOTARIAL

Entre os meses de abril e junho, a entidade realizou encontros semanalmente



Dentre os temas debatidos entre os membros da diretoria do CNB/RS esteve a avaliação do 74º Encontro Estadual de Notários Gaúchos, as políticas de gestão do CNB/RS, entre outros

O Colégio Notarial do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS) realizou, entre os meses de abril e junho, sete reuniões de Diretoria, que foram conduzidas pelo presidente da entidade, José Flávio Bueno Fischer, via Zoom.

A primeira reunião do trimestre aconteceu no dia 7 de abril e, durante o encontro, os diretores fizeram uma avaliação do 74º Encontro Estadual de Notários Gaúchos, que ocorreu nos dias 1 e 2 de abril, no Hotel Recanto Business Center, em Restinga Sêca, em comemoração aos 60 anos do CNB/RS.

Na sequência, esteve na pauta a ação direta de inconstitucionalidade para a retirada do ordenamento jurídico pátrio da Lei Estadual n.º 15.712, de 25 de setembro de 2021, que dispõe

sobre o atendimento dos pedidos dos serviços extrajudiciais por meio de centrais e plataformas de serviços eletrônicos no estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Também foi debatido entre os presentes o encaminhamento pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (CGJ/RS) da cópia do despacho ID 3748200 para ciência da implementação e disponibilização dos dados, conforme determinação de publicidade ampliada pela Resolução n.º 389, que dispõe a respeito do acesso à informação previsto na Lei n.º 12.527/2011, sendo disponibilizadas as receitas e despesas de todas as serventias extrajudiciais dentro da página "Transparência TJRS".

Na oportunidade, ainda foi destacado o andamento e funcionamento do Projeto Social Global, uma iniciativa da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio Grande do Sul (Anoreg/RS) e do Fórum de Presidentes das entidades extrajudiciais gaúchas, conforme convênio assinado com a Fundação Semear em dezembro de 2021.

#### **20 DE ABRIL**

Já na reunião do dia 20 de abril foram debatidas a aprovação em ata pela diretoria das políticas de gestão do CNB/RS, da sugestão da entidade para encaminhamento à CGJ/RS a respeito do horário de atendimento ao público nos serviços notariais e de registro, das estratégias para propostas comerciais de imprensa, e do pré-planejamento do projeto idealizado pelo CNB/RS da "1ª Jornada de Assessoramento Notarial".

Também foi informada a realização do Encontro Notarial e Registral do RS ainda para este ano, e discutidas a sugestão de consulta aos associados sobre a exigência de declaração de transações imobiliárias (DTI), a definição do encaminhamento da análise técnica da Tabela de Emolumentos no RS e a aprovação do plano de ação estratégico da entidade.

#### **27 DE ABRIL**

No dia 27 de abril, a reunião de diretoria do Colégio foi aberta aos associados. O objetivo da reunião aberta é construir um trabalho com a maior participação possível dos associados.

Estiveram em pauta o estudo da parceria de convênio para criação de uma pós-graduação notarial e registral com participação da Fundação Enore/RS com a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), os limites de atas notariais e elaboração de contato com o corregedor-geral da Justiça do RS para viabilizar alteração de emolumentos específicos das atas, assim como pedido de revogação do provimento que estabeleceu limite de honorários de partilhas e inventários, e o relato, pelo presidente do CNB/RS, de participação presencial em Brasília (DF) do lançamento do novo módulo de Reconhecimento de Assinatura Eletrônica do e-Notariado.

#### **11 DE MAIO**

A reunião da diretoria do dia 11 de maio, explanou, entre outros assuntos, o relato sobre a reunião do Conselho de Ética do CNB/RS; a data da inauguração da foto de Ney Paulo Silveira de Azambuja na Galeria dos Ex-Presidentes, pela gestão da entidade no período de 2018/2020, marcada para o dia 22 de junho de 2022; a realização do seminário sobre Direito Notarial e Registral em São Paulo nos dias 7 e 8 de outubro com o apoio do CNB/RS; a participação da entidade em novembro na FRINA-PE, na cidade de Erechim; as datas dos eventos do Pinga-Fogo Notarial para Porto Alegre (25/06), Caxias do Sul (30/07) e Pelotas (27/08); o agendamento da reunião presencial da diretoria para o dia 18 de maio em Novo Hamburgo; e a avaliação das últimas reuniões e ações do CNB/RS com órgãos estaduais.

#### **18 DE MAIO**

No dia 18 de maio, a diretoria do CNB/RS abordou temas, como a realização do estudo sobre o pagamento do ITBI so-

mente no registro; a conveniência ou não de alteração de itens do Estatuto da entidade; a aprovação da identidade visual da 1º Jornada de Assessoramento Notarial "Portas Abertas"; a realização do curso pela Fundação Enore/RS com a participação de membros de nossa Diretoria; a divulgação da proposta para cartórios atuarem como Autoridades de Registro, via Anoreg-RS; o envio de sugestões de enunciados para a I Jornada de Direito Notarial e Registral do CJF; a nova formulação e organização do Seminário Acadêmico Notarial - "Uma homenagem a Zeno Veloso e Carlos Luiz Poisl"; e a realização de estudos para formular orientação sobre a conferência da CNH eletrônica.

#### **1º DE JUNHO**

O mês de junho começou com mais uma reunião de diretoria aberta aos associados. Na ocasião, o grupo discutiu as campanhas para doações ao notariado ucraniano e ao Estado de Pernambuco, com a aprovação de repasse de valores pelo CNB/RS; a realização do estudo para a uniformização do ISS; o reforço da orientação do CNB/RS sobre os emolumentos nas procurações para o INSS; e a solicitação ao CNB/CF referente ao custo de operação da plataforma e-Notariado.

#### **15 DE JUNHO**

Diversos assuntos estiveram na pauta, entre eles a avaliação da reunião com o presidente da OAB/RS, Leonardo Lamachia; o convite para a cerimônia de inauguração da nova sede do Registro de Imóveis e Especiais de Viamão; a formulação de orientação sobre o valor a ser cobrado nos reconhecimentos de firma do e-Not Assina; a publicação do Provimento N° 22/2022 sobre o preenchimento dos formulários eletrônicos do CNJ; e a organização do Seminário Acadêmico Notarial - "Uma homenagem a Zeno Veloso e Carlos Luiz Poisl".

#### **22 DE JUNHO**

As pautas debatidas abordaram o andamento da organização para realização do Seminário Acadêmico Notarial - "Uma homenagem a Zeno Veloso e Carlos Luiz Poisl"; os assuntos colocados na reunião mensal do Fórum de Presidentes da Anoreg/RS; a organização do Pinga-Fogo Notarial em Porto Alegre; e as sugestões para aprimoramento do e-Not Assina.

#### **29 DE JUNHO**

No último encontro do mês, a reunião de diretoria foi aberta aos associados. Estiveram em pauta a avaliação do Pinga-Fogo Notarial em Porto Alegre; a organização de critérios para inclusão no site do CNB/RS das perguntas e respostas do Pinga-Fogo; o Manifesto Público pela União firmado pelas Anoregs estaduais; realização de exame concreto para a cobrança de emolumentos para apostilamento; o convênio para campanha de incentivo de doação de órgãos e tecidos humanos; o exame da proposta da possibilidade de regulação da notificação/citação por edital no inventário e partilha extrajudicial; a avaliação para uma forma de cobrança para emissão do certificado pelo e-Notariado e demais atos notariais na plataforma; o processamento das videoconferências na plataforma do e-Notariado; e recibo de selos de reconhecimento digitais e-Not.

## FÓRUM DE PRESIDENTES DAS ENTIDADES DE CLASSE EXTRAJUDICIAL REÚNE-SE EM PORTO ALEGRE PARA REUNIÃO MENSAL

Procedimentos adotados pelas entidades do Estado sobre a situação dos integrantes dos cartórios afetados pela Renda Mínima foi um dos temas abordados



Encontro presencial aconteceu na Casa do Registrador Gaúcho e foi coordenado pelo presidente da Anoreg/RS, João Pedro Lamana Paiva

Integrantes do Fórum de Presidentes da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio Grande do Sul (Anoreg/RS) reuniram-se, no dia 19 de abril, para a reunião mensal para debate de temas atuais da categoria, em encontro presencial, coordenado pelo presidente da Anoreg/RS, João Pedro Lamana Paiva, na Casa do Registrador Gaúcho, em Porto Alegre.

Após a aprovação da ata da última reunião, com a presença do assessor institucional da Anoreg/RS, Marcos Pippi Fraga, e do assessor da Frente Parlamentar Notarial e Registral do RS, que tem como presidente o deputado Elizandro Sabino, Rogenio Cavalari, as atualizações legislativas e institucionais referentes às atividades extrajudiciais que estão em andamento na Assembleia Legislativa do Estado foram repassadas ao conhecimento dos presidentes das entidades da classe notarial e registral do Estado.

Em seguida, o presidente do Colégio Notarial do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS), José Flávio Bueno Fischer, e o presidente da Anoreg/RS, Lamana Paiva, na companhia do assessor institucional Marcos Pippi Fraga, falaram sobre o andamento dos procedimentos adotados pelas entidades notariais e registrais do Estado sobre a situação dos integrantes do grupo de cartórios afetados pela Renda Mínima.

Outro assunto pautado foi o envio das propostas pelas empresas Coopnora e Zapay para o parcelamento de débitos nas serventias extrajudiciais, de acordo com o Provimento nº

12/2022 CGJ-RS que dispõe sobre o pagamento dos emolumentos com cartão de crédito/débito e outras formas de pagamento, e o Provimento nº 127 CNJ que disciplina a Plataforma do Sistema Integrado de Pagamentos Eletrônicos (SIPE) para os serviços notariais e de registro.

O pedido de manifestação ao Fórum de Presidentes das entidades extrajudiciais gaúchas a respeito do horário de atendimento ao público nos serviços notariais e de registro e a afixação nos murais das serventias dos valores das faixas do selo também foram mencionados no encontro.

Quanto à ouvidoria da Anoreg/RS, foram 42 mensagens aportadas entre janeiro a abril de 2022, sendo que 36 foram respondidas pelos cartórios e enviadas ao usuário, e seis estão pendentes de retorno, tendo como relator Danilo Alceu Kunzler, que atua como ouvidor responsável pela avaliação das demandas. Ainda, as estatísticas gerais da Ouvidoria da Anoreg/RS no ano de 2021 e os tipos e situações apontadas nas manifestações por especialidade foram encaminhadas para conhecimento dos integrantes do Fórum de Presidentes.

Na oportunidade, o andamento do estudo para criação do Fórum Notarial e Registral Gaúcho e do projeto Boleto Único foram destacados. Para conhecimento, foi repassada também a realização do Prêmio Rares/NR de Responsabilidade Socioambiental 6ª edição, em apoio ao Pacto Global das Nações Unidas.

O Projeto Social Global, uma iniciativa da Anoreg/RS e do Fórum de Presidentes das entidades extrajudiciais gaúchas, conforme convênio assinado com a Fundação Semear em dezembro de 2021, tem como primeira ação para o desenvolvimento da iniciativa o diagnóstico inicial para o levantamento de informações sobre a atuação social dos cartórios gaúchos. O questionário enviado às serventias deve ser respondido até o dia 24 de abril.

A decisão da CGJ-RS que soluciona a implementação e disponibilização dos dados relativos às receitas e despesas dos cartórios extrajudiciais gaúchos conforme expediente encaminhado pela Anoreg/RS e Fórum de Presidentes com sugestão para resolver a questão da Resolução nº 389, conforme determinação de publicidade ampliada pela normativa, também foi abordada, assim como a parceria da Anoreg/RS com a Anoreg/BR que propõe aos cartórios credenciamento

para se tornarem ponto para emissão de certificado digital. Os participantes ainda falaram sobre o estudo para a realização da décima quarta (XIV) edição do Encontro Estadual Notarial e Registral do Rio Grande do Sul.

Participaram também da reunião presencial o presidente do Instituto de Estudos de Protesto do Rio Grande do Sul (IEPRO/RS) e vice-presidente da Anoreg/RS, Romário Mezzari; o presidente do Instituto de Registro Imobiliário do Rio Grande do Sul (IRIRGS), Ricardo Anderson Martins; o presidente do Sindicato dos Registradores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (Sindiregis), Calixto Wenzel; a presidente da Fundação Escola Notarial e Registral do Rio Grande do Sul – Fundação Enore/RS, Juliana Follmer; o presidente do Sindicato dos Serviços Notariais do Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Espig; o 1º tesoureiro do Colégio Registral do RS, Felipe Uriel Felipetto Malta, e a secretária executiva da Anoreg/RS, Fabiana Teixeira.

## CNB/RS PARTICIPA DE REUNIÃO COM O PRESIDENTE DA OAB/RS EM PORTO ALEGRE

Objetivo é estabelecer proximidade maior entre advogados e tabeliães por meio das entidades institucionais

O presidente do Colégio Notarial do Brasil - Seção do Rio Grande do Sul (CNB/RS), José Flávio Bueno Fischer, o conselheiro fiscal suplente, Alan Lanzarin, e a assessora jurídica, Karin Rick Rosa, participaram de reunião com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Rio Grande do Sul (OAB/RS), Leonardo Lamachia, no dia 8 de junho, na sede da OAB/RS, em Porto Alegre.

"Nosso objetivo fundamental é estabelecer, dentro do possível, uma proximidade maior entre advogados e tabeliães através das entidades institucionais OAB/RS e CNB/RS, e iniciamos um planejamento de vários eventos contando com a participação da OAB/RS e dos tabeliães", ressaltou Fischer. Na oportunidade, foi entregue o convite oficial para o Pinga-Fogo Notarial em Porto Alegre, que acontece no dia 25 de junho, em parceria com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

A reunião foi o marco da abertura de um canal mais próximo entre as duas entidades gaúchas para que se crie um plano de trabalho em parceria, visando a melhoria contínua da prestação de serviços dos notários gaúchos em conjunto com os advogados.

"Nosso objetivo fundamental é estabelecer, dentro do possível, uma proximidade maior entre advogados e tabeliães através das entidades institucionais OAB/RS e CNB/RS, e iniciamos um planejamento de vários eventos contando com a participação da OAB/RS e dos tabeliães"

**José Flávio Bueno Fischer,**  
presidente do CNB/RS



Reunião foi o marco da abertura de um canal mais próximo entre as duas entidades gaúchas

# CNB/RS INAUGURA FOTO DE NEY PAULO SILVEIRA DE AZAMBUJA NA GALERIA DE PRESIDENTES DA ENTIDADE

Durante cerimônia, ex-presidente falou sobre sua trajetória no notariado e de momentos marcantes que passou como membro da diretoria da entidade gaúcha



José Flávio Bueno Fischer, presidente do CNB/RS, e Ney Paulo Silveira de Azambuja, ex-presidente do CNB/RS, inauguram imagem na Galeria de presidentes

"Para mim é uma grande honra, muita alegria e orgulho chegar a esse momento. Em nome de todo notariado gaúcho, quero agradecer o que o Ney Paulo fez pela entidade, enfrentando justamente o período da pandemia, e ainda assim conseguir realizar um grande número de ações e dar continuidade ao legado dos antecessores."

**José Flávio Bueno Fischer,**  
presidente do CNB/RS

A foto do ex-presidente do Colégio Notarial do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS), Ney Paulo Silveira de Azambuja, pelo biênio 2018/2020, passou a fazer parte da Galeria de Presidentes da entidade no dia 22 de junho.

Durante a cerimônia de inauguração, o atual presidente do CNB/RS, José Flávio Bueno Fischer, destacou seu retorno às atividades associativas e o encontro com colegas e amigos, e

"Quero agradecer mais uma vez a presença de vocês e estimulá-los a continuarem essa luta que foi grande, mas valeu a pena, porque eu fiz mais de 30 encontros notariais e registrais e fui tesoureiro geral do Conselho Federal com o João Figueiredo Ferreira de presidente"

**Ney Paulo Silveira de Azambuja,**  
ex-presidente do CNB/RS

muito especialmente o tabelião Ney Paulo Silveira de Azambuja. "Para mim é uma grande honra, muita alegria e orgulho chegar a esse momento. Em nome de todo notariado gaúcho quero agradecer o que o Ney Paulo fez pela entidade, enfrentando justamente o período da pandemia, e ainda assim conseguir realizar um grande número de ações e dar continuidade ao legado dos antecessores", salientou Flávio.

Após agradecer pelas palavras dirigidas e à presença dos convidados e dos funcionários da entidade, Ney Paulo ressaltou a importância de estimular os colegas mais jovens a continuarem o trabalho e mostrar como conseguem, durante tantos anos, ajudar os associados e colegas na profissão sem nenhum interesse que não seja o de auxiliar.

Ney Paulo ainda falou sobre sua trajetória no notariado e de momentos marcantes que passou como membro da diretoria do CNB/RS. "Quero agradecer mais uma vez a presença de vocês e estimulá-los a continuarem essa luta que foi grande, mas valeu a pena, porque eu fiz mais de 30 encontros notariais e registrais e fui tesoureiro geral do Conselho Federal com o João Figueiredo Ferreira de presidente", completou Ney.

Após o ato de descerramento de foto, os convidados foram servidos com um coquetel.

# ANOREG/RS E FÓRUM DE PRESIDENTES RECEBEM MEDALHA DA 55ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS

Distinção foi proposta pelo presidente da Frente Parlamentar da Justiça Notarial e Registral do Estado, deputado Elizandro Sabino



Em sua manifestação, o presidente da Anoreg/RS, João Pedro Lamana Paiva, ressaltou que “se trata da primeira frente parlamentar em nível estadual”

A Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio Grande do Sul (Anoreg/RS) e o Fórum de Presidentes das entidades notariais e registras gaúchas receberam, no dia 22 de junho, a medalha da 55ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALRS). A distinção foi proposta pelo presidente da Frente Parlamentar da Justiça Notarial e Registral do RS, deputado estadual Elizandro Sabino.

Em sua manifestação, o presidente da Anoreg/RS, João Pedro Lamana Paiva, ressaltou que “se trata da primeira frente parlamentar em nível estadual e que, ao longo dos últimos anos, tem se mostrado ativa para enfrentar problemas e encontrar soluções, sendo uma atuação em busca do aperfeiçoamento das atividades extrajudiciais, e, assim, gerando benefícios para os usuários”.

O ato aconteceu no Salão Júlio de Castilhos da Assembleia Legislativa do RS. A Medalha da 55ª Legislatura é regulamentada pela resolução de mesa nº 942 de 2009, e constitui homenagem institucional da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, entregue por deputados a pessoas físicas ou jurídicas.

“A Anoreg/RS recebe esta homenagem com muita satisfação e alegria. Que a presente e as próximas legislaturas possam contar com a Anoreg e os cartórios gaúchos para o permanente desenvolvimento de nosso estado. Obrigado deputado Sabino pela valorosa homenagem. Somos muito gratos. Obrigado Assembleia Legislativa, deputados e deputadas, por nos acolherem”, apontou Lamana Paiva durante seu discurso.

Segundo o presidente da Frente Parlamentar da Justiça Notarial e Registral do RS, deputado estadual Elizandro Sabino, “hoje é uma alegria nós podermos estar aqui para fazermos a outorga desta homenagem, desta medalha, deste diploma, 55ª Legislatura, que diga-se de passagem foi aprovada por unanimidade pelos deputados estaduais aqui da Assembleia Legislativa, então é um momento especial”, destacou Sabino em sua fala, fazendo ainda referência ao trabalho desenvolvido pela Anoreg/RS e pelas entidades de classe gaúchas que integram o Fórum de Presidentes, fundamental à população do RS.

## CNB/CF REALIZA ENCONTROS DO GRUPO DE ESTUDOS NOTARIAIS ENTRE OS MESES DE ABRIL E JUNHO

Debates acontecem quinzenalmente pela plataforma Zoom e contam com a participação de titulares e prepostos de tabelionatos gaúchos

O Colégio Notarial do Brasil - Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS) promoveu cinco edições do Grupo de estudos notariais entre os meses de abril e junho. A iniciativa, criada pela entidade em 2017, tem como objetivo promover, entre notários e prepostos, o debate de temas atuais e relevantes para a atividade para o aprimoramento e consequente bom desenvolvimento dos serviços prestados pelos tabelionatos gaúchos.

Na edição do dia 5 de abril, a coordenadora do grupo e assessora jurídica do CNB/RS, Karin Rick Rosa, levou para debate o julgamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a base de cálculo do Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). O encontro teve a participação do conselheiro fiscal suplente do CNB/RS e titular do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, Alan Lanzarin, além da presença virtual de mais de 50 participantes.

Sob o rito dos recursos especiais repetitivos (Tema 1.113), a Primeira Turma do STJ definiu que a base de cálculo para a cobrança do Imposto sobre a ITBI nas operações de compra e venda é o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, não se vinculando ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

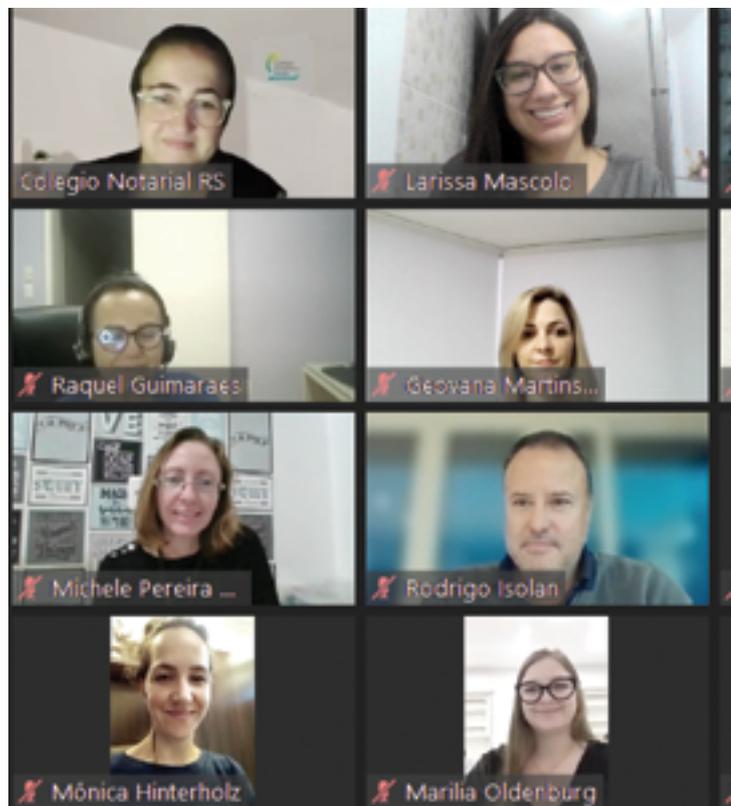
Após apresentar a situação atual do processo, Karin explicou que o tema ou recurso repetitivo "é o recurso julgado pela sistemática descrita no CPC, em que o STJ define uma tese que deve ser aplicada aos processos em que é discutida idêntica questão de direito".

A relação do notário e o ITBI também foi abordada durante o encontro. De acordo com Alan Lanzarin esse tema é o que o interior mais sofre. Hoje, em Porto Alegre, posso dizer que não temos esse problema até então, mas vou tentar dar minha contribuição ao que a gente vem nesses anos trabalhando com notas e registro", destacou o conselheiro fiscal suplente da entidade.

Na edição realizada no dia 19 de abril, o tema "Procurações" contou com a presença do conselheiro de ética da entidade, Lauro Assis Machado Barreto, e mais de 70 participantes.

Na abertura, a assessora jurídica do CNB/RS explicou sobre a definição do instrumento do mandato e listou as espécies de mandato existentes. A capacidade dos agentes também foi abordada durante a explanação. Entre os tópicos demonstrados esteve a relação entre a procuração e a pessoa jurídica, a procuração para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e a relação entre a procuração e o idoso.

Ao explicar sobre o objeto do mandato, Karin Rick salientou que "o contrato de mandato é preparatório e seu objeto é a prática de atos que poderão ser característicos de outro



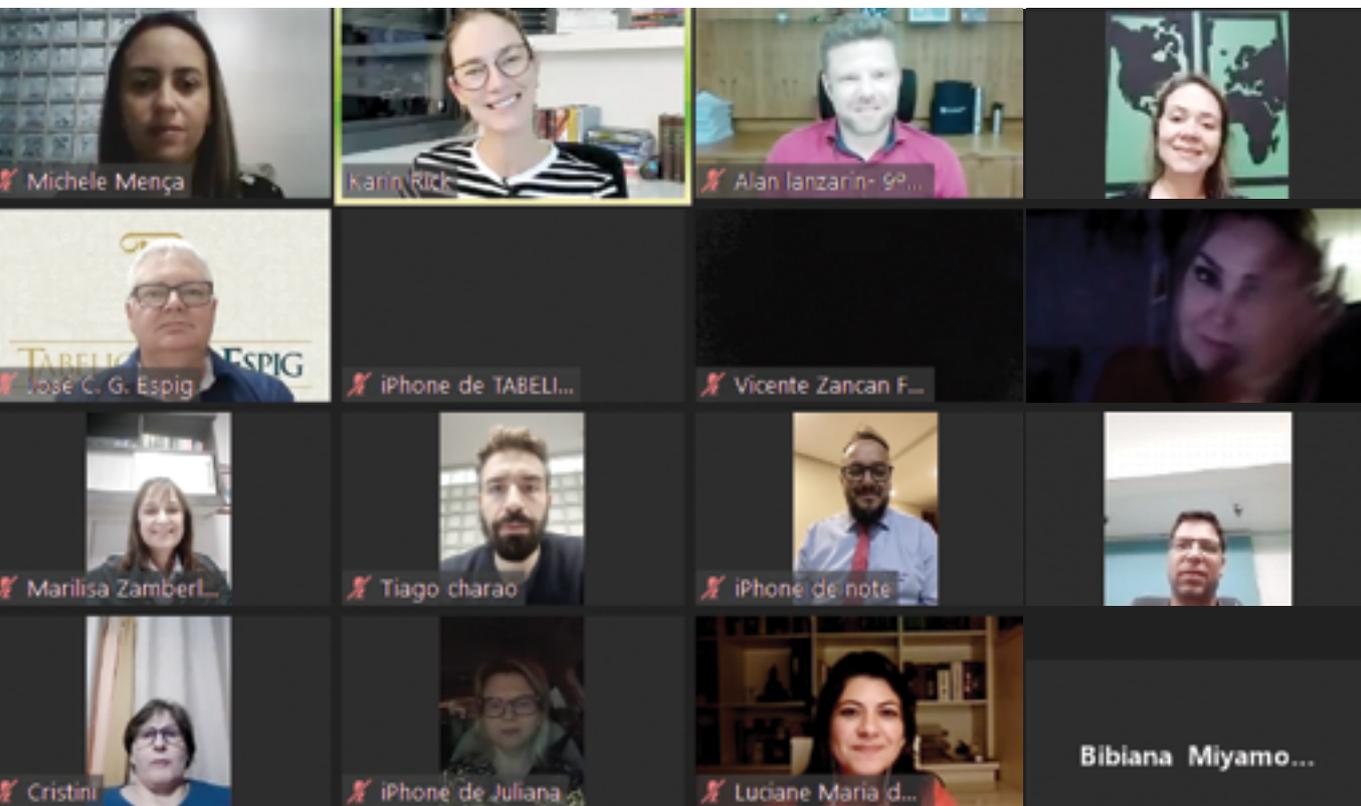
contrato típico ou atípico. Não é admitida para prática de atos personalíssimos".

No dia 3 de maio o Grupo de Estudos falou sobre união estável e os efeitos do contrato quanto ao regime de bens, com a análise da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) na definição de regime de bens em união estável não retroagir. O debate contou com a participação do 2º tesoureiro do CNB/RS, Ricardo Guimarães Kollet.

Na abertura do encontro online, o contexto legal da discussão com base nos artigos 1.723 e 1.725 do Código Civil e os efeitos jurídicos do casamento e da união estável foram destacados pela assessora jurídica do CNB/RS, Karin Rick Rosa.

O entendimento da decisão do STJ na definição de regime de bens em união estável não retroagir é de que a escolha do regime de comunhão de bens em uma união estável por contrato escrito produz efeitos ex nunc, e cláusulas que estabeleçam a retroatividade desses efeitos são inválidas.

Holding Familiar foi o tema analisado no encontro do dia 24 de maio, que teve como convidada a advogada e professora Simone Tassinari Cardoso, e contou com cerca de 50 participantes.



ITBI, holding familiar e regime de bens em união estável foram alguns dos temas abordados ao longo do trimestre

Na abertura do encontro online, Simone abordou os aspectos teóricos e práticos a respeito da utilidade das holdings familiares no planejamento patrimonial.

Na sequência, a professora apresentou as etapas para formar a holding familiar, com os motivos determinantes que levam as pessoas a fazerem a sociedade. "A holding não é um negócio de economizar, mas sim 'investir para', com a holding eu sei que vou ter que aportar dinheiro", explicou Simone.

Sobre as formas de transmissão, Simone apontou duas opções, sendo elas a integralização do capital social ou o ato de alienação em vida. "Eu tenho que saber se quero me desfazer dos bens agora e levar para uma pessoa jurídica ou quero deixar para depois", salientou durante a explanação.

Já o encontro de 7 de junho analisou a Resolução CNJ Nº 452/2022 e contou com 80 participantes.

A Resolução CNJ nº 452/2022 altera a Resolução CNJ nº 35, de 24 de fevereiro de 2007, que "disciplina a lavratura dos atos notariais relacionados a inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável por via administrativa".

A nova Resolução acrescentou os parágrafos 1º, 2º e 3º no

artigo 11 da Resolução CNJ nº 35/2007, determinando:

§ 1º O meeiro e os herdeiros poderão, em escritura pública anterior à partilha ou à adjudicação, nomear inventariante.

§ 2º O inventariante nomeado nos termos do §1º poderá representar o espólio na busca de informações bancárias e fiscais necessárias à conclusão de negócios essenciais para a realização do inventário e no levantamento de quantias para pagamento do imposto devido e dos emolumentos do inventário.

§ 3º A nomeação de inventariante será considerada o termo inicial do procedimento de inventário extrajudicial." (NR)

O último encontro de junho aconteceu no dia 22 e realizou a análise parcial da redação final da Medida Provisória 1.085.

A Medida Provisória nº 1085, de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos – SERP, teve o texto aprovado com mudanças pelos senadores e retornou à Câmara dos Deputados, onde foram aprovadas as modificações feitas pelo Senado. No dia 27 de junho a MP foi transformada na Lei 14.382.

A assessora jurídica da entidade explicou que um dos objetivos do SERP está em viabilizar e operacionalizar a virtualização dos serviços.

# PINGA-FOGO NOTARIAL REUNIU 140 PARTICIPANTES NA UNISINOS PORTO ALEGRE

Objetivo do evento foi debater ideias e trocar informações entre notários e colaboradores



Além do presidente do CNB/RS, José Flávio Bueno Fischer, fizeram parte da mesa diretiva a assessora jurídica da entidade, Karin Rick Rosa, a 2ª secretária, Caroline Mirandolli, o 1º tesoureiro, Ney Paulo Silveira de Azambuja, e o conselheiro de ética titular, Lauro Assis Machado Barreto

O Colégio Notarial do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS) realizou, no dia 25 de junho, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos Porto Alegre, o primeiro encontro do projeto Pinga-Fogo Notarial.

O evento, criado com o objetivo de debater ideias e trocar informações entre os notários e colaboradores sobre assuntos relativos à atividade, teve a participação de mais de 140 pessoas.

Na abertura do encontro, o presidente do CNB/RS, José Flávio Bueno Fischer, falou sobre os cinco pilares estratégicos da entidade, que consistem em reacender o orgulho e o amor pela profissão; promover a união da classe; promover e alinhar o conhecimento em todas as esferas dos cartórios, pois conhecimento gera padrão; e obter o reconhecimento da segurança jurídica e confiança na população.

"Nós estabelecemos, nesses cinco pilares estratégicos, fazer coisas como esta que estamos fazendo aqui hoje, como promover a união da classe, o conhecimento em todas as esferas dos cartórios e o conhecimento geral padrão. Conhecimento gera padrão, padrão gera confiança, e confiança gera valor", explicou Fischer em sua manifestação.

Entre as ações importantes do próximo semestre, que estão sendo desenvolvidas pelo CNB/RS, destacam-se a realização do seminário acadêmico em homenagem a Carlos Luiz Poisl em agosto, os temas de atendimento para funcionários no Pinga-Fogo, a Jornada de Assessoramento Notarial em outubro, a agenda com OAB para união de esforços, e o projeto social de notários e registradores gaúchos "Cartório Cidadão Solidário".

Representando o coordenador do Curso de Direito LES



Durante evento realizado na Unisinos, em Porto Alegre (RS), notários e colaboradores puderam fazer perguntas e trocar conhecimento



Ao final do encontro, livros relevantes sobre a atividade extrajudicial foram sorteados entre os participantes

da Unisinos, professor Guilherme de Azevedo, a advogada, professora e assessora jurídica do CNB/RS, Karin Rick Regina Rosa, salientou que o objetivo é de convergência da atividade notarial com a advocacia, e também com a academia. "Fico muito feliz de ver vocês aqui dentro desse ambiente".

Na sequência, o presidente da Comissão Especial de Direito Imobiliário da OAB/RS, julgador do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/RS e moderador do Grupo de Estudos em Direito Imobiliário da ESA - OAB/RS, Ricardo Vogt, ministrou a palestra "Advocacia Extrajudicial: a convergência entre notários e advogados pela resposta jurídica rápida, segura e eficaz". Entre os pontos destacados durante sua fala, o especialista abordou o perfil do advogado gaúcho, a importância do tabelião, os serviços prestados pelos tabelionatos, a crise do TJ/RS, e os serviços do e-Notariado.

"Nós estabelecemos, nesses cinco pilares estratégicos [da entidade], fazer coisas como esta que estamos fazendo aqui hoje, como promover a união da classe, o conhecimento em todas as esferas dos cartórios e o conhecimento geral padrão"

**José Flávio Bueno Fischer,**  
presidente do CNB/RS



Participantes puderam debater sobre pacto antenupcial, inventários simultâneos e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

Sobre a importância do tabelião, o advogado apontou que esses profissionais são revestidos de fé pública, auxiliam o Estado no cumprimento das leis e fiscalização dos impostos. "O tabelião substitui o Estado com uma celeridade muito maior e com a mesma fé pública do Estado. E aí eu falo para todos os colegas se conscientizarem que tabeliães e advogados trabalham de mãos dadas. O melhor amigo do advogado que trabalha com Direito Imobiliário é o tabelião".

Após a palestra, foi dado início à rodada de perguntas e respostas do Pinga-Fogo. Compuseram a mesa juntamente com o presidente do CNB/RS e a assessora jurídica da entidade, a 2ª secretária, Caroline Mirandoli, o 1º tesoureiro, Ney Paulo Silveira de Azambuja, e o conselheiro de ética titular, Lauro Assis Machado Barreto.

Entre os assuntos frequentes da atividade notarial, estiveram o pacto antenupcial, os inventários simultâneos e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

"Nada do que dizemos aqui é norma de Corregedoria, ou seja, não é um provimento que vamos lançar para todo mundo seguir fazendo tudo igual, vamos dar nossa opinião, mas cada um, no seu tabelionato, tem que confirmar com seu tabelião se a orientação é essa. Cada tabelião tem a livre opção de seguir a orientação que se dá ou não", reforçou Flávio Fischer. Ao final

"O tabelião substitui o Estado com uma celeridade muito maior e com a mesma fé pública do Estado. E aí eu falo para todos os colegas se conscientizarem que tabeliães e advogados trabalham de mãos dadas. O melhor amigo do advogado que trabalha com Direito Imobiliário é o tabelião."

**Ricardo Vogt, presidente da Comissão Especial de Direito Imobiliário da OAB/RS**

do encontro, livros da atividade extrajudicial foram sorteados entre os participantes.

Também estavam presentes no evento o conselheiro fiscal suplente do CNB/RS, Alan Lanzarin; a conselheira de ética titular, Marilisa Stella Zamberlan; e o conselheiro fiscal suplente, Cledemar Dornelles de Menezes.

Nos próximos meses, o projeto Pinga-Fogo Notarial será realizado nas cidades de Caxias do Sul e Pelotas.

## CNB/CF LANÇA APOSTILA ELETRÔNICA EM EVENTO NO CNJ

Encontro apresentou as inovações do serviço virtual em um debate sobre o cenário atual da Apostila no País e o desenvolvimento da segurança jurídica além-fronteiras



A corregedora nacional de Justiça, ministra Maria Thereza de Assis Moura, participou da mesa de abertura do evento e comentou a importância do Apostilamento Eletrônico

O Conselho Federal do Colégio Notarial do Brasil (CNB/CF) lançou, no dia 3 de junho, a nova Apostila Eletrônica, novo formato digital de autenticação de documentos públicos nacionais para o exterior, durante o 1º Fórum Nacional da Apostila da Haia. O encontro, que ocorreu no Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília (DF), foi transmitido ao vivo pelo canal do YouTube do CNJ e do CNB/CF, e apresentou as inovações do serviço virtual em um debate sobre o cenário atual da Apostila no País e o desenvolvimento da segurança jurídica além-fronteiras. O evento contou com mais de 4,5 mil espectadores online, entre notários, registradores e tradutores juramentados.

A corregedora nacional de Justiça, ministra Maria Thereza de Assis Moura, participou da mesa de abertura do evento e comentou a importância do Apostilamento Eletrônico para a segurança jurídica em nível internacional. "O Brasil tem testemunhado um notável aumento no número de apostilamentos, somente em 2021 houve um crescimento de 35%, atingindo a marca superior de 1,6 milhão de documentos apostilados, enquanto, no ano de 2022, somente no mês de março, foi alcançado o inédito patamar mensal de 206 mil apostilamentos". Para a ministra, o recorde mostra a importância da facilidade que o extrajudicial trouxe ao oferecer o serviço em todo o território nacional, desde agosto de 2016.

O diretor do Departamento Consular do Ministério das Relações Exteriores, Aloysio Mares Dias Gomes Filho, comentou que o principal benefício da Apostila – a “desburocratização” de autenticação de documentos para o exterior – é ressaltado com a inserção desta ao mundo digital. “A adesão do Brasil e a implementação de uma solução digital para a Apostila são demandas recorrentes dos cidadãos brasileiros”. Aloysio pontuou que a realização do serviço pelo extrajudicial “demonstra resultados exultantes, não apenas por seus números, mas também pela percepção dos profissionais consulares que estão cotidianamente em contato com o tema”, disse.

Marcelo de Nardi, presidente do Conselho de Assuntos Gerais e Política da Convenção da Haia (HCCH), discursou sobre a formação da entidade internacional ao longo do século XX e sua importância para o exercício da cidadania ao redor do mundo. “A Convenção da Haia tem o poder de influenciar diretamente sobre os negócios e a vida cidadã além-fronteiras. Transpassar a segurança jurídica desta forma cria união e uniformidade entre os serviços, em um mundo cada vez mais conectado”, ressaltou.

A mesa de abertura contou também com a participação do presidente da Anoreg/BR e presidente interino do IETDPJ/BR, Claudio Marçal, da presidente do CNB/CF, Giselle Oliveira de Barros, do presidente da Arpen/BR, Gustavo Fiscarelli, do presidente do IRIB, Jordan Fabricio Martins, e do 2º tesoureiro do IRTDPJ, Durval Hale, como representantes de todas as entidades membros da Apostila no Brasil.

#### APOSTILA DA HAIA NO BRASIL E NO MUNDO

O primeiro painel do Fórum debateu o atual cenário do Apostilamento no Brasil e no Mundo com a participação especial do juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Evaldo de Oliveira Fernandes Filho, e da representante da Secretaria Permanente da HCCH, Raquel Salinas Peixoto. Diretora jurídica da HCCH, Peixoto apresentou a disseminação da Apostila no exterior e comentou a ampla aceitação do documento nos mais de 118 países signatários da Convenção. “Vemos alguns

“O Brasil tem testemunhado um notável aumento no número de apostilamentos, somente em 2021 houve um crescimento de 35%, atingindo a marca superior de 1,6 milhão de documentos apostilados, enquanto, no ano de 2022, somente no mês de março, foi alcançado o inédito patamar mensal de 206 mil apostilamentos”

**Maria Thereza de Assis Moura,**  
corregedora nacional de Justiça

“A adesão do Brasil e a implementação de uma solução digital para a Apostila são demandas recorrentes dos cidadãos brasileiros”

**Aloysio Mares Dias Gomes Filho,**  
diretor do Departamento Consular  
do Ministério das Relações Exteriores

pontos muito interessantes na lista de signatários como a presença completa da América Latina e a participação em peso da Europa, criando um ecossistema cada vez mais aprimorado de segurança jurídica”, disse.

Raquel pontuou que o Brasil é o país com o número mais alto de Apostilamentos emitidos no mundo nos últimos três anos consecutivos, o que mostra “a dimensão continental da demanda por segurança jurídica em documentos públicos em nosso país e chama a atenção da Secretaria Permanente da Convenção”.

Para Peixoto, a função da Apostila é reforçada à medida que cada vez mais documentos “viajam pelas fronteiras e são utilizados para o exercício da cidadania”, algo que ganha tração com seu formato digital. Por fim, a diretora jurídica explicou que o Brasil “já nasceu digital, ao implementar o sistema Apostil em 2019, ganhando a vanguarda do serviço no Mundo, já que muitas nações desenvolvidas ainda têm grande dificuldade de adentrarem o mundo virtual”, explicou.

#### LANÇAMENTO DA APOSTILA ELETRÔNICA

Conduzido pela presidente do Colégio Notarial Brasil – Conselho Federal, Giselle Oliveira de Barros, o segundo painel do evento lançou oficialmente a Apostila Eletrônica em todo o território nacional. O novo formato permite que cidadãos recebam a autenticação de um documento público nacional, físico ou nato-digital, em formato PDF, o que evita extravios e permite o fácil e rápido envio de cópias via WhatsApp, e-mail ou outro meio de envios online.

Desde a edição do Provimento 119, do CNJ, em julho de 2021, o Colégio Notarial do Brasil assumiu o sistema de apostilamento de documentos no país. Giselle explica que, desde então, a entidade foi “responsável por desenvolver a nova plataforma, aprimorá-la e adaptá-la aos novos tempos”. Diante dos números do Apostilamento no Brasil, a presidente explicou que, em poucos meses, “com capacitação frequente e desenvolvimento tecnológico constante, a busca pelos serviços de apostilamento, agora facilitado em razão da capilaridade dos serviços extrajudiciais, teve grande crescimento, o que demandou a busca por uma evolução de sua plataforma de operações”, disse.



Encontro ocorreu no Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília (DF), e foi transmitido ao vivo pelo canal do YouTube do CNJ e do CNB/CF

Coube ao consultor de Tecnologia do CNB/CF, Renato Martini, demonstrar a realização da Apostila Eletrônica na prática, permitindo que o novo formato seja selecionado de forma fácil e prática pelo tabelião ou registrador durante o processo de emissão do documento. "A autoridade emissora precisará selecionar se deseja o formato físico ou eletrônico da Apostila, mas não será possível realizar ambos os formatos para um único documento, sendo necessário a dupla realização do processo e, conseqüentemente, a cobrança duplicada, caso o requerente exija ambos os tipos de modelos, em suporte virtual ou em papel".

A presidente da Arpen/SP, Karine Boselli, e o presidente do CNB/DF, Hércules da Costa Benício, ambos docentes no curso de Capacitação do Apostilamento da Ennor (Escola Nacional dos Notários e Registradores), discursaram sobre as especificidades da realização da Apostila em cartórios de todo o Brasil. Boselli iniciou sua fala ao debater sobre quais documentos nacionais devem ser considerados documentos públicos e apresentou características específicas que os profissionais cartorários devem levar em consideração ao aceitar apostilar o documento. "Levamos em consideração, principalmente, o artigo 405, do Código de Processo Civil, que considera um documento público aquele que dispensa qualquer outra formalidade para sua plena eficácia, como diplomas de universidades, certidões de órgãos públicos e documentos extrajudiciais", explicou.

Hércules demonstrou que a Apostila Eletrônica reforça ainda mais um dos princípios de garantia de segurança jurídica deste serviço, pois pode ser conferida em tempo real via QR Code e conexão pela internet, o que garante que as tentativas de uso de documentos extraviados e falsificados sejam mitigadas. "Gosto de dizer que já nascemos digitais em questão de apostilamento, já que notários e registradores utilizam o sistema e-Apostil desde seu lançamento. Porém, este novo suporte,

"Com capacitação frequente e desenvolvimento tecnológico constante, a busca pelos serviços de apostilamento, agora facilitado em razão da capilaridade dos serviços extrajudiciais, teve grande crescimento, o que demandou a busca por uma evolução de sua plataforma de operações"

**Giselle Oliveira de Barros,**  
presidente do CNB/CF

que enfim chega às mãos dos cidadãos, garante benefícios claros de segurança a partir de soluções digitais com atualizações imediatas em suas informações", disse o presidente do CNB/DF que também pontuou a oferta do curso para realização da Apostila para notários e registradores de todo o país, oferecido pela Ennor.

Por fim, Giselle Oliveira de Barros apresentou o vídeo de lançamento do Apostilamento Eletrônico e agradeceu o empenho dos colegas cartorários em concretizar este projeto, assim como a confiança do CNJ em deixar a cargo do CNB/CF a responsabilidade sobre a gestão do sistema Apostil.

A juíza auxiliar do CNJ, Maria Paula Cassone Rosse, encerrou o 1º Fórum Nacional da Apostila de Haia com gratulações aos "serviços prestados com excelência pelo extrajudicial brasileiro e seus profissionais aos usuários dos sistemas notarial e registral brasileiros".

O evento está disponível em vídeo no canal do CNB/CF no YouTube.

# CNB/CF LANÇA NOVO MÓDULO E-NOT ASSINA PARA RECONHECIMENTO DE ASSINATURA ELETRÔNICA

Módulo de Reconhecimento de Assinatura Eletrônica completa leque de serviços digitais que podem ser realizados pelo e-Notariado



Membros da diretoria e presidentes das seccionais estaduais acompanharam o lançamento presencialmente

A atividade notarial brasileira dá um novo passo em direção ao seu futuro. O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF) lançou, no dia 26 de abril, o novo módulo de Reconhecimento de Assinatura eletrônica, o e-Not Assina. Em um evento inovador realizado de forma híbrida na sede da entidade, em Brasília (DF), membros da diretoria e presidentes das seccionais estaduais acompanharam o lançamento presencialmente e mais de 4 mil profissionais da atividade notarial assistiram às apresentações por transmissão online e ao vivo, via plataforma Zoom.

A presidente do CNB/CF, Giselle Oliveira de Barros, abriu o evento com o lançamento oficial do novo serviço. Em seu discurso, Giselle comentou os principais pontos sobre o novo módulo e convidou tabeliães e tabeliãs de todo o país a aderirem à novidade que "reforça a relevância do notariado para a sociedade, suas demandas e o ambiente digital".

Giselle ressaltou a crescente importância dos atos delegados pela Lei 11.441/07 para a sustentabilidade financeira dos Tabelionatos de Notas e citou a relevância da presença do notariado no ambiente digital. A presidente citou o cientista britânico Stephen Hawking - "Inteligência é a capacidade de se adaptar à mudança" - e convidou os profissionais de todo o Brasil a aderirem ao novo módulo. "A mudança já chegou e ela se chama e-Not Assina!", disse Giselle ao lançar o serviço em um vídeo institucional especial.

O diretor do CNB/CF e vice-presidente do Colégio Notarial de Minas Gerais, Eduardo Calais, apresentou o "Cenário Atual" do notarial brasileiro e ressaltou a necessidade da atividade de adaptar-se às demandas contemporâneas da sociedade. "O reconhecimento de firmas já indica sinais de que não está bem, situação essa que se adensou na pandemia", disse.

Calais comentou a busca do mercado cada vez mais por confiança e segurança aliadas à tecnologia, benefício que se integra ainda mais ao notariado com o lançamento do e-Not Assina. "Não podemos ter medo da tecnologia. A figura do notário é e poderá continuar sendo relevante nos negócios jurídicos", concluiu.

José Renato Vilarnovo, diretor do CNB/CF e presidente da seccional do Rio de Janeiro, apresentou as bases jurídicas do Reconhecimento de Assinatura Eletrônica a partir dos princípios de "prevenção" e segurança jurídica pela fé pública do Notariado Latino. "Fé pública é o que garante a presença do Notariado no jogo, é o que dá ainda mais valor a um ato" comentou. Para ele, empresas privadas de assinaturas eletrônicas não podem conferir a segurança jurídica pela fé pública notarial.

Coube ao diretor do CNB/CF e vice-presidente da seccional de São Paulo, Andrey Guimarães Duarte, apresentar o "Modelo de Negócios" do novo módulo, com o processo da demanda pelo usuário ao tabelião e sua sustentabilidade financeira. "Apenas mantendo as condições econômica/financeira para termos um notário em cada canto deste país, continuaremos presentes na vida do cidadão. Essa nova ferramenta, colocada à disposição do notário, busca atender essas premissas", explicou o diretor.

Andrey ressaltou as principais regras para realização do Reconhecimento de Assinatura Eletrônica pelo tabelião e pelo cidadão, como os princípios de territorialidade e respeito às tabelas de emolumentos de cada estado. "O momento é de virada, oferece riscos, mas também oportunidades. Sabemos que muitos podem ter visões diferentes, outra forma de ver as soluções para esse momento, mas pedimos o voto de confiança de vocês", concluiu.

#### APRESENTAÇÕES TÉCNICAS

O lançamento do e-Not Assina contou, em sua segunda parte, com uma apresentação técnica com o passo a passo para a adesão de tabeliães no novo módulo. Rafael Depieri, assessor jurídico do CNB/CF, apresentou alguns dos principais trechos de normas que fundamentam o Reconhecimento de Assinatura Eletrônica. "Esse reconhecimento de assinatura eletrônica, como novel ato notarial eletrônico simples ou remoto para documentos particulares em suporte eletrônico tem como determinação jurídica o art. 23, III, do Provimento n° 100/2020, do CNJ, c/c o art. 6°, III, da Lei n° 8.935/1994", explicou o advogado.

"Tenho absoluta certeza que o notariado brasileiro cumprirá o seu papel e ocupará o lugar que é seu – o de guardião dos direitos dos cidadãos e da sociedade brasileira como faz há mais de 450 anos"

**Giselle Oliveira de Barros,**  
presidente do CNB/CF

"A realização da assinatura online ocorrerá por meio do Certificado Digital Notarizado, que passou por uma série de modificações importantes para que pudesse ser emitido com regramentos condizentes às demandas do e-Not Assina"

**Renato Martini,**  
consultor de Tecnologia do CNB/CF

Renato Martini, consultor de Tecnologia do CNB/CF, ressaltou a importância da adesão de tabeliães ao novo módulo para que uma rede de atendimento ampla esteja disponível à população no momento que o e-Not Assina for disponibilizado aos usuários. "A realização da assinatura online ocorrerá por meio do Certificado Digital Notarizado, que passou por uma série de modificações importantes para que pudesse ser emitido com regramentos condizentes às demandas do e-Not Assina", disse.

Martini reforçou que o novo módulo traz consigo a ideia da "Serventia Digital" e cria um ambiente online próprio de cada tabelionato, possibilitando que este crie uma lista de mensalistas dentro do e-Notariado.

O diretor de Tecnologia do CNB/CF, Marcos de Paola, apresentou o passo a passo para a adesão dos tabeliães de notas ao módulo de Reconhecimento de Assinatura Eletrônica. "O e-Not Assina traz uma modificação base na forma em que um ato online é realizado, já que a criação do fluxo de assinaturas é produzida por um cliente orquestrador, que então enviará o documento a ser assinado para os clientes signatários, dentro deste "ambiente virtual do cartório", explicou.

O passo a passo para o credenciamento do tabelião no módulo e-Not Assina pode ser consultado pelo endereço <https://colegionotarialdobrasil.freshdesk.com/support/solutions/articles/43000660902-e-not-assina-credenciamento-do-tabeli%C3%A3o>

#### ENCERRAMENTO

A presidente do CNB/CF, Giselle Oliveira de Barros, encerrou o evento com um convite para todos os profissionais notariais do Brasil: "Tenho certeza que este módulo é o futuro do balcão dos nossos Tabelionatos e será o nosso balcão digital para atendimento à população, por isso é vital que todos os 8.578 Tabelionatos de Notas do país estejam integrados à nossa plataforma e-Notariado e se cadastrem no módulo e-Not Assina!" disse.

"Tenho absoluta certeza que o notariado brasileiro cumprirá o seu papel e ocupará o lugar que é seu – o de guardião dos direitos dos cidadãos e da sociedade brasileira como faz há mais de 450 anos. Toda a sorte para nós!", concluiu Giselle.

O novo módulo será disponibilizado para os cidadãos brasileiros no próximo dia 31 de maio. O processo de cadastro de cartórios já está disponível no site do e-Notariado.

# FÉ PÚBLICA DO ATO NOTARIAL ELETRÔNICO

Por Karin Regina Rick Rosa\*



Os atos notariais eletrônicos se tornaram realidade em razão da pandemia, isso é fato. Porém, é sempre necessário dizer que eles não decorreram da pandemia, pois o projeto junto ao Conselho Nacional de Justiça estava em desenvolvimento muito antes do fatídico dia 18 de março de 2020. Foram anos desde a determinação em outro expediente administrativo para apresentação de uma minuta pelo Colégio Notarial do Brasil disciplinando a prática de

atos eletrônicos em tabelionato de notas. A minuta inicial foi analisada por todas as Corregedorias, que apresentaram suas sugestões, pareceres e críticas. Não fosse a pandemia, talvez essas discussões ainda estariam acontecendo, verdade. Afinal, criar um novo lugar e uma nova forma para praticar atos notariais não é algo simples, tampouco fácil, especialmente quando esse lugar é a rede mundial de computadores e a forma é digital.

Outro fato é que, sem pedir licença e sem anunciar, um vírus do mundo real – quanta ironia – transformou o mundo inteiro e exigiu de todos uma adaptação rápida e forçada.

Foi nesse contexto a publicação do Provimento CNJ n. 100/20, agora já passados mais de dois anos, reconhecendo a essencialidade da atividade notarial, permitindo que os cidadãos realizassem negócios imperiosos à própria sobrevivência e que a atividade notarial não sofresse solução de continuidade.

Uma dúvida que comumente surge quando falamos de atos notariais eletrônicos é: como fica a fé pública no eletrônico?

Ao fazer tudo de forma eletrônica o tabelião de notas não acaba substituído pela máquina e pelo sistema, tornando-se descartável? A resposta é não, definitivamente não! Substituídos são a caneta, o papel e a impressora, jamais as pessoas. Todos que figuram no ato notarial que acontece fisicamente

“Não fosse a pandemia, talvez essas discussões ainda estariam acontecendo, verdade. Afinal, criar um novo lugar e uma nova forma para praticar atos notariais não é algo simples, tampouco fácil, especialmente quando esse lugar é a rede mundial de computadores e a forma é digital.”

“Todos que figuram no ato notarial que acontece fisicamente estão presentes no ato eletrônico, de forma virtual, em videoconferência. Portanto, a verificação da capacidade para o ato e a manifestação da vontade acontecem exatamente nos mesmos termos previstos para os atos tradicionais”

estão presentes no ato eletrônico, de forma virtual, em videoconferência. Portanto, a verificação da capacidade para o ato e a manifestação da vontade acontecem exatamente nos mesmos termos previstos para os atos tradicionais.

Certo. Então voltamos à primeira pergunta: nada muda com a fé pública, Karin? Muda, sim. Mudança que ao nosso sentir é para melhor. Vou explicar: a lei dispõe que a fé pública notarial consiste na presunção de veracidade e autenticidade das declarações que são feitas perante o tabelião de notas. Essa presunção, como sabemos, não é absoluta, admitindo prova em contrário, por isso a chamamos de presunção *juris tantum*. No ato notarial eletrônico a presunção de veracidade e autenticidade assume novos contornos, deixando de ser *juris tantum* para ser *jure et jure*, agregando presunção absoluta ao ato pelo arquivamento da videoconferência. E assim, o novo horizonte descortinado pelos atos notariais eletrônicos deu um *upgrade* na fé pública notarial.

\*Karin Regina Rick Rosa é assessora jurídica do CNB/RS

## Etiquetas da JS Gráfica: Praticidade, Eficiência e Segurança

- Personalização exclusiva para cada cartório
- cortes de segurança
- holografia de segurança exclusiva
- numeração
- impressão UV
- alto TAK

para impressora  
matricial e  
transfêrmica/ribbon



**GRÁFICA**  
(11) 4044-4495  
[www.jsgrafica.com.br](http://www.jsgrafica.com.br)



# Tudo sobre Cartórios em um único Portal

ACESSE [WWW.CARTORIOGAUCHO.COM.BR](http://WWW.CARTORIOGAUCHO.COM.BR)

Serviços online | Localização de Cartórios | Informações Relevantes  
Perguntas Frequentes | Todos os atos notariais e registrais | Ouvidoria ao cidadão

